

AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: CONFLITOS E ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Diógenes Rabello¹
Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva²

Resumo: Estamos partindo do entendimento teórico de que a agroecologia se trata de um projeto contra-modelo ao modelo de agricultura criado com a Revolução Verde, e adotado pelo Estado, que nos apresenta elementos para pensar a superação da monopolização da terra e a manutenção da grilagem e o processo de *commoditização* da agricultura, baseado no monocultivo e no uso intensivo de agrotóxicos. O que pudemos analisar sobre as dificuldades para a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema, região localizado no extremo Oeste do estado de São Paulo, nos leva a apontar para a cana-de-açúcar como um dos principais elementos. As monoculturas canavieiras ganham cada vez mais espaço região graças à aliança capital agroindustrial-latifundiários grileiros-Estado, uma vez que há interesses nas três partes em manter esta forma capitalista de exploração da terra em detrimento do incentivo para a reprodução socioterritorial dos camponeses. O monopólio da terra por parte desta aliança se firma, ainda, como elemento central para discutir a Soberania Alimentar desde a ideia do desenvolvimento no campo a partir da perspectiva dos sujeitos tradicionais, uma vez que, ele dificulta o acesso a terra e a autonomia para a produção de alimentos com bases não convencionais. Concluímos o trabalho com a ideia de que a agroecologia compõem o conjunto de lutas pelo Soberania Alimentar, devendo, portanto, ser debatida a partir dos sujeitos que a protagoniza e o território onde estão inseridos.

Palavras-chave: Agroecologia. Soberania Alimentar. Campesinato. Pontal do Paranapanema.

Apontamentos teóricos sobre a agroecologia

A agroecologia vem sendo pensada como uma forma de romper com os padrões produtivistas e "envenenados" de produção alimentos. Tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como forma de viabilizar o desenvolvimento no campo, permitindo a reprodução do camponês, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico a qualidade social e ambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis. Dessa forma, põe-se no centro do debate o trabalho de base familiar, levando em conta o resgate das formas tradicionais de vida no campo que as famílias camponesas carregam consigo, além de dar grande importância para a biodiversidade e preservação das sementes crioulas.

Se retomarmos os períodos mais antigos, nos quais as atividades agrícolas desenvolvidas pelos homens era uma necessidade de reprodução, e não uma forma de exploração e lucro, como se vê desde o fim da II Grande Guerra Mundial, veremos que a

¹ Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Contato: diogenesrabello@yahoo.com.

² Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Contato: hellen.riot@gmail.com.

sociedade sempre desenvolveu suas atividades sem a necessidade e intervenção de agroquímicos, ou ainda, as práticas tradicionais sempre estiveram pautadas no manejo ecológico dos recursos naturais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Nesse processo, o resgate das formas tradicionais de trabalhar com a terra nasceu a agroecologia, “como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 08).

É importante pontuar também, a diferença entre agricultura orgânica e agricultura agroecológica. A agricultura orgânica propõe a substituição dos insumos químicos por produtos alternativos de base orgânica, sendo assim, corresponde apenas a uma estratégia técnica de produção livre de agroquímicos. A agricultura agroecológica tem como base a produção orgânica, se apropriando também de técnicas de produção orgânica, mas que propõe outra visão de agricultura, implementando pressupostos econômicos e sociais. Como nos lembra Caporal e Costabeber (2004):

Ademais, faz-se necessário considerar, também, que a prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 10 – 11).

A agricultura é controlada por estruturas políticas e econômicas e estas têm traduzido o que se apresenta como desenvolvimento para o campo. Esse processo priva os camponeses de implementar práticas alternativas que desafiam esta estrutura (SEVILLA GUZMÁN, 2001). Assim, pensar a agroecologia apenas como um modelo que possibilite ruptura técnica, centrada no combate à agricultura prejudicial ao meio ambiente e que gera degradação ambiental, não nos permite entender este conceito de forma holística.

É neste sentido que Altieri (2010, p. 29) aponta que:

O desenvolvimento da agricultura sustentável requererá mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura.

A reflexão do autor nos ajuda a entender a necessária vinculação entre a transição agroecológica e as organizações sociais camponesas. No Pontal do Paranapanema isso fica ainda mais evidente, já que temos acompanhado diversos espaços de discussão junto ao MST, e o que podemos afirmar é que o movimento vem apostando na agroecologia como uma proposta contra-hegemônica que se apresenta para frear o desmonte do sistema alimentar protagonizado pelos complexos agro-químico-alimentar-financeiros (THOMAZ JUNIOR, 2009). O incentivo que o MST oferece aos camponeses assentados do Pontal do Paranapanema é no sentido de criar consciência política sobre cooperativismo, trabalho comunitário, fortalecimento das redes locais de troca de saberes

e, sobretudo, tornar o Pontal uma região forte na produção agroecológica para evidenciar que o trabalho camponês tem seu espaço e contesta a *commoditização* dos alimentos.

Gleissman (2002), vai dizer que:

La agroecología provee el conocimiento y metodología necesarios para desarrollar una agricultura que sea, por un lado ambientalmente adecuado y por otro lado altamente productiva y económicamente viable. Esta establece condiciones para el desarrollo de nuevos paradigmas en agricultura, en parte porque prácticamente elimina la distinción entre la generación de conocimiento y su aplicación. También valoriza el conocimiento local empírico de los agricultores, el compartir este conocimiento y su aplicación al objetivo común de sostenibilidad.

O conceito de agricultura orgânica foi logo cooptado e transfigurado pelo capital a partir do discurso de sustentabilidade. A idéia de uma agricultura baseada na harmonização entre práticas de cultivo da terra e equilíbrio ambiental foi coberta pelo selo de agricultura ecologicamente correta. Isso fez com que houvesse uma inversão do papel desta agricultura, e servisse como mais uma forma de mercantilizar a agricultura, agora com o carimbo “sustentável”.

Desde então, mudar as técnicas de cultivo para práticas que remetessem ao manejo ecológico da terra foi sendo adotado como forma de agregar mais valor ao produto final. Não somente isso, este produto final a ser um fetiche da população que começa a comprar o discurso da sustentabilidade e passa a se interessar por mudanças na alimentação. Isso faz com que os mercados elevem os preços dos produtos orgânicos, passando a ser objeto de consumo da parcela da população favorecida economicamente.

É nesse sentido, portanto, que a defesa da agroecologia está voltada para superação da idéia de mercantilização da alimentação. A agroecologia está pensada para além de mudança no padrão técnico de produção de alimentos, ela se desdobra em princípios que estão fundamentados no manejo da terra, sendo encontrada no processo de produção do alimento, que vai desde a forma de posse da terra até a destinação/consumo deste alimento, sendo, portanto, a técnica de produção um dos componentes deste processo (sem contar o conteúdo político dessa decisão/posição).

Outro elemento que deve ser apontado no entendimento da agroecologia como proposta plena de desenvolvimento desde perspectivas políticas é o fato de ela ser bandeira dos movimentos sociais. Ou seja, embora a transição agroecológica aconteça pela soma de forças dos sujeitos, instituições/organizações, academia e outros, são os movimentos sociais do campo os maiores incentivadores e promotores da transição agroecológica. Estes movimentos têm buscado trabalhar o princípio da agroecologia desde suas formações de base e associado à outras discussões inerentes ao contexto agrário, como juventude, gênero e educação, por exemplo. Estes elementos são abarcados pelo conceito de Reforma Agrária Popular, proposta originariamente cunhada pelo MST.

A Reforma Agrária Popular expressa a pauta de lutas deste movimento, que busca apresentar uma proposta de desenvolvimento do campo que contemple a totalidade das necessidades dos trabalhadores rurais com e sem terra. Desde a perspectiva do MST, ela supera a idéia de Reforma Agrária aplicada pelo Estado, que na atualidade tem trabalhado apenas no âmbito da redistribuição de terras - oriunda da compra de terras privadas, ou indenização das benfeitorias para os grileiros que estão de posse das terras públicas devolutas -, mas tem deixado outras emergências desta luta de lado.

Ela é, portanto, a busca pela autonomia dos camponeses em relação aos seus modos de vida, por isso apresenta abarca a idéia de territorialização camponesa a partir da terra, da educação, da saúde, da igualdade nas relações de gênero e na reprodução

social dos jovens. Nesta perspectiva, a agroecologia é vem sendo pensada pelo MST como a proposta social de praticar agricultura no campo, já que ela está perpassando por todos estes elementos.

Nossa opção em nos apoiar no pensamento desenvolvido pelos movimentos sociais sobre agroecologia se dá pelo fato deste pensamento ser aquele que mais se aproxima da agroecologia que é praticada cotidianamente pelos camponeses, para assim termos mais liberdade e segurança para falar de

Ainda sobre nossas reflexões em torno dos nossos entendimentos da agroecologia a partir do plano político, a situamos como um processo de transição. Contrário do que afirmam Machado e Machado Filho (2014) que apresentam suas teorias de que para chegarmos na agroecologia no seu significado pleno só é possível por meio de uma ruptura no modelo de agricultura, ou seja, uma substituição substancial das práticas e técnicas de cultivo convencionais por novas práticas e técnicas agroecológica em todo o sistema produtivo, ou seja, todas as atividades desenvolvidas no lote, no caso específico dos camponeses.

Isso, claro é o ápice do modelo de agricultura pelo qual temos lutado, tornar todo o território camponês em um território agroecológico. Entretanto, não há possibilidade de coadunar com uma idéia de que não existem pequenas experiências agroecológicas dando o pontapé inicial no processo de mudança de paradigmas na agricultura. Não aceitar esse pequenos saltos seria o mesmo que desconsiderar que as condições materiais para a reprodução da família são frágeis e, por isso, necessitam do melhor aproveitamento que puderem fazer do lote e das atividades, mesmo que para isso necessitem combinar, no momento inicial, práticas agroecológicas e práticas convencionais.

A agroecologia acontece, de fato, através da experimentação combinando os saberes-fazeres tradicionais dos quais estes sujeitos são portadores-herdeiros, e novas técnicas que constituem um novo arsenal de ferramentas e metodologias no trabalho com a terra. Não somente isso, mas para chegar até a agroecologia também há um caminho ideológico a ser percorrido, onde toda a inversão de concepções sobre o campo, agricultura e alimentação emergidos da Revolução Verde vão sendo dissipados e suprimidos pelos novos entendimentos e cosmovisões a partir da agroecologia. Esse é, no nosso entendimento, o processo de transição agroecológica.

Outro aspecto a ser considerado, desdobramento desta pesquisa, é a linha referencias que temos seguido para o entendimento da agroecologia. Nossa leitura é voltada para o entendimento da agroecologia dentro do ambiente de conflito. Estamos pensando a prática e o discurso da agroecologia para além dos limites técnicos, e o que temos chamado de ruptura paradigmática para o campo a partir da agroecologia é pensá-la com uma alternativa não apenas de inovação técnica de produção de alimentos, que substitui o *rundap* pelo controle biológico, mas a possibilidade de retomar os debates acerca da reforma agrária, saúde, educação, geração, gênero e outros.

No nosso caso, especificamente, o desafio posto tem sido entender como entender a agroecologia no ambiente institucionalizado na cana-de-açúcar. Isso significa nos prender atenção sobre a reflexão da coexistência entre a agroecologia e a monocultura da cana-de-açúcar, captar as vicissitudes do conflito direto entre modelos de agricultura inteiramente diferentes e que se expelem entre si, e com isso olhar para o Estado enquanto promotor de desigualdades para o campo (favorecendo o desenvolvimento do agrohídronegócio), o agrohídronegócio, por sua vez, como detentor de poder político em diferentes escalas (um olhar focado para os municípios pequeno, como os do Pontal do Paranapanema nos mostrará a influência que uma empresa de processamento de cana-de-açúcar exerce para a construção de um discurso alinhado aos interesses do capital agroindustrial) causando diferentes formas de desterritorialização do campesinato. Mas,

que por outro, o as famílias camponesas se reinventam, criando estratégias e apresentam grande ousadia para não somente permanecer no campo, mas permanecer apostando na agroecologia.

Considerando que a agroecologia só pode ser praticada pelos povos tradicionais que vivem da/na terra, os camponeses no nosso caso, faz-se fundamental que a estrutura fundiária favoreça a territorialização destes povos no campo. Diante disso, no próximo tópico trazemos o exemplo do México e como a sua estrutura fundiária favorece a reprodução do campesinato e a agroecologia.

Vale ressaltar que a agroecologia nos ajuda no questionamento político de alguns conceitos que são utilizados massivamente pela academia. Podemos nos apropriar dela para entender melhor, por exemplo, o conceito de desenvolvimento. Montenegro Gómez (2006) nos ajuda a ler o desenvolvimento desde uma perspectiva de controle social para a reprodução do capital.

No desenvolvimento que nos propomos analisar, por conseguinte, continua tendo um papel importante sua dimensão de instrumento de aquecimento econômico, para permitir a aceleração da reprodução do capital. As subvenções, empréstimos ou incentivos propostos para a construção de infra-estruturas, para dinamizar um certo setor produtivo, para melhorar o desempenho de certo território, para reduzir os níveis de pobreza etc., são injeções de recursos que aceleram a circulação, a reprodução e a acumulação do capital. Tanto o setor produtivo da economia como o financeiro são beneficiados pelo ingente volume de fundos que circula associado às políticas de desenvolvimento. [...] O desenvolvimento é um esplêndido negócio para as empresas fornecedoras dos bens e serviços articulados nas políticas de desenvolvimento, para as instituições financeiras que gerenciam os fundos e as dívidas de que os programas de desenvolvimento precisam e geram, para os institutos de pesquisa e universidades que são contratadas para realizar estudos, para as ONG's que, cada vez mais, são parceiras nos programas de desenvolvimento, para as instituições internacionais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas etc.), que apresentam o desenvolvimento como uma ajuda altruísta, para os governos dos países destinatários dos recursos, que dispõem de liquidez para executar suas políticas sem responsabilizar-se pela dívida que vai aumentando. Enfim, o desenvolvimento é um empreendimento vantajoso para muitos, mas um negócio nefasto para a grande maioria da população dos países que recebem “ajudas” para o desenvolvimento (MONTENEGRO GOMÉZ, 2006, p. 36-37).

O autor nos dá suporte para compreender o papel que o conceito de desenvolvimento tem desempenhado para as formas diversas de controle social em diferentes escalas e enquanto elementos fundante para a reprodução do capital:

A idéia de desenvolvimento, no interior da sociedade produtora de mercadorias em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Seja o desenvolvimento “macro” que dominou a cena internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial ou o desenvolvimento local que se promove no contexto atual, a estrutura de dominação se mantém (MONTENEGRO GOMÉZ, 2006, p. 178).

Desde uma perspectiva da agroecologia, nos debruçamos sobre o entendimento do desenvolvimento enquanto a melhoria das condições materiais, culturais e espirituais

dos sujeitos³, considerando a diversidade das iminentes necessidades materiais, das identidades culturais e das manifestações espirituais que abrangem a diversidade dos sujeitos que compõem a sociedade. Neste sentido, adotando uma interpretação ao conceito de desenvolvimento desde uma perspectiva da reprodução dos sujeitos.

O conceito de sustentabilidade também tem sido fortemente empregado nos dois atuais, sobretudo quando o discurso em torno das mudanças climáticas⁴ chama cada vez mais as instituições e órgãos públicos e privados para criar diretrizes políticas e estratégias para “salvar o planeta”.

Os discursos criados ao redor da sustentabilidade servem cada vez mais para mediatizar a recuperação dos recursos naturais, que por sua vez estão sendo cada vez mais degradados a fim de permitir a reprodução do capital.

Nos apoiamos em Mézáros (2007), quando diz que

Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (MÉSZÁROS, 2007, p.190).

O autor nos está nos fornecendo subsídio para fazer uma leitura do conceito de sustentabilidade a partir da agroecologia. Temos entendido, portanto, desde a agroecologia, a sustentabilidade

Agroecologia e Soberania Alimentar

A agroecologia propõe reflexões em torno das questões sociais que perpassam as discussões de organização enquanto comunidade, buscando melhores condições de reprodução, passa também pela discussão de gênero, pois na agroecologia a produção dos quintais, que em linhas gerais está sob os cuidados das mulheres, é considerada também parte do sistema produtivo, e não uma atividade avulsa com relação às outras áreas de produção do lote. Dessa forma, o esforço despendido pela mulher para cuidar destas atividades é considerado trabalho, e isso também está ligado ao preceito de trabalho de base familiar considerado pela agroecologia. Busca-se ainda, a autonomia e minimizar a dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno, bem como a dimensão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização (RABELLO, 2014).

Conforme Molina (2013),

[...] el enfoque agroecológico adolece del necesario desarrollo de aquellos aspectos que superan el ámbito de la finca o de la comunidad estudiada y que tanta repercusión tienen sobre sus sustentabilidad. Este aspecto y otros de semejante envergadura nos hablan de la falta de integración en el enfoque agroecológico de los aspectos políticos e institucionales que regulan las relaciones en la agricultura. Carecemos de criterios que fomenten y orienten la participación en las instituciones gubernamentales (en el establecimiento de regulaciones y normas que

³ Reflexões feitas a partir da fala da Profa. Dra. Emilia Moreira, em sua arguição na banca de defesa do concurso de titulação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, na UNESP/FCT, no dia 17 de novembro de 2017.

⁴ Chamamos de discurso os alardes que se faz sobre as mudanças climáticas, no sentido de que a culpabilização por esse evento é advindo unicamente de causas antrópicas, se não um fenômeno físico do planeta terra que existem e já ocorreu em outros momentos da história geológica da terra. As ações antrópicas servem como catalisadoras para esse fenômeno, mas não são as responsáveis por si só.

favorezcan el desarrollo y la ampliación de las tierras y territorios en los que se realiza agricultura sustentable (MOLINA, 2013, p. 47).

A agroecologia não contribui apenas para a produção de um modo de vida menos prejudicial ao meio ambiente. Mais que isso, considera o camponês como protagonista na produção de alimentos saudáveis, sendo que o principal desafio é implementar a agricultura alternativa imersa num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade. Nesta relação, o camponês aparece como sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizá-los enquanto fundamentais e intrínsecos aos fazeres dos povos tradicionais; saberes que são adquiridos historicamente, através do trabalho com a terra e que são passados de geração em geração. É importante destacar que a agroecologia acontece no bojo das relações camponesas, pois são estes sujeitos os portadores de práticas e técnicas de trabalho com a terra e relações sociais no campo capazes de construir e sustentar este modelo de produção.

É importante sintonizar o entendimento da agroecologia como a relação do sujeito com o território. As especificidades de cada território e dos diversos sujeitos lhes permitem incorporar novos elementos próprios de cada lugar. Remetendo-nos à discussão da agroecologia verticalizada para o território vemos, primeiramente, que a geografia de cada região (aspectos físicos, naturais e sociais) possibilita novas formas de produção, cada uma delas associadas às riquezas naturais de cada território. Outro viés dessa análise é a necessidade do território, ou seja, não existe agroecologia se o camponês não estiver territorializado no campo, desta forma (re)afirmamos a necessidade e urgência da reforma agrária.

Temos pensado a agroecologia não apenas ancorada no discurso das vantagens para o meio ambiente e vida saudável, mas enquanto saber pautado nas práticas que podem ser potencializadas como forma de resistência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento da agricultura fundada no agrohíbrido. Se quisermos apostar na agroecologia como uma proposta de superação do leque de malefícios causados por este modelo agricultura praticado desde a Revolução Verde, precisamos insistir em defender que este conceito não é sinônimo de agricultura orgânica, o que tem sido feito com muita recorrência de forma equivocada.

A agroecologia é uma forma de entender e atuar para camponês a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero (não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades). (GUTERRES, 2006, p. 90).

Para discutir a agroecologia “com os pés no chão”, considerando-a desde a perspectiva dos sujeitos e no território, estamos nos apoiando no entendimento dela por dentro do debate sobre a Soberania Alimentar.

O conceito de soberania alimentar é definido, de acordo com a Via Campesina (1996), como sendo o direito de todos os povos, ou países, em decidir sobre suas próprias políticas no que diz respeito a agricultura e alimentação. Estas políticas precisam se estruturar, porém, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas, assegurando o direito e soberania de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva dos povos.

Conforme Altieri (2010),

O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010, p. 24).

Entender a agroecologia pelo viés da Soberania Alimentar nos ajudar a considerar, também, o papel fundamental dos agentes sociais locais (movimentos sociais, ONG's, associações, cooperativas, etc) para a transição agroecológica, pois, como lembra Altieri (2010, p.30), “os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo”.

Outro aspecto importante, é considerar a perspectiva da Soberania Alimentar no conflito direto e enfrentamento à *commoditização* da agricultura e padronização da alimentação global pautada no consumo do *fast-foods* e processados. Os latifúndios estão compenetrados no (des)serviço da produção de culturais para exportação de *commodities* no estilo da monocultura extensiva. Como afirma Esteve (2017, p. 44-45) “A dieta global é o resultado de uma cadeia de produção-distribuição-consumo globalizada, em que nem os agricultores, nem os consumidores contam. Pensamos que decidimos o que comer, mas isso não acontece”. Isso significa dizer que o regime alimentar é cada vez mais controlado por interesses econômicos. A autora chama esse processo de *mcdonaldização*, que representa a idéia de criação de um padrão ocidental de alimentação global, onde todas as comidas não iguais, com base no consumo de carnes, produtos lácteos e açúcares (ESTEVE, 2017). Nesta perspectiva haveria uma perda significativa para a manutenção da identidade territorial dos sujeitos que possuem suas dietas e regimes próprios de alimentação, cabendo nos perguntar o lugar da mandioca para os povos originários brasileiros, das batatas para os originários andinos e no milho para os originários mexicanos.

Outro conceito a se levar em consideração para análise, no que diz respeito à produção e abastecimento de alimentos, é o de segurança alimentar. Conforme demonstra Valério (2016), a proposta de segurança alimentar, diferentemente da anterior, traz em seu cerne o predomínio do abastecimento alimentar externo de um determinado território, “o que faz com que os alimentos sejam submetidos a múltiplos deslocamentos, intermediados por atravessadores”. Segundo Valério

Na vigência da segurança alimentar os sujeitos do território local não detêm o controle sobre os fluxos alimentares, de maneira que a alimentação das pessoas depende das escolhas realizadas por sujeitos cujas prioridades remontam à lógica da especulação e do lucro e não da qualidade da alimentação resultante (VALERIO, 2016, p.107).

Para Patel (2009), a proposta concebida através da segurança alimentar tem sido utilizada por diversas instituições multilaterais e por governos de várias partes do mundo com o intuito de solucionar alguns problemas dos sistemas alimentares, contudo, sem modificar a correlação de forças que garante a reprodução capitalista, ou seja, o agronegócio.

Neste sentido, o principal elemento que difere as concepções de soberania e segurança alimentar se encontram no fato de que, a segurança alimentar, conforme a FAO, prevê o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades da população. Porém, conforme Coca (2016), não traz uma preocupação sobre qual modelo de agricultura deve atender a essa premissa, levando a crer que

“reformas em algumas bases do capitalismo são suficientes para que os problemas do sistema alimentar sejam resolvidos” (COCA, p.75, 2016).

A soberania alimentar vai além dessa concepção capitalista, uma vez que, pontua a necessidade de uma maior valorização dos circuitos alimentares locais (COCA, 2016), através do fortalecimento da agricultura familiar/camponesa e das comunidades indígenas. Para a agroecologia, enquanto forma de organização do trabalho camponês e de produção de alimentos, este debate é pautado permanentemente, já que dentro desta proposta encontramos a preocupação com a difusão e intercâmbio de conhecimentos locais, aproximação do ser humano e o alimento, fortalecimento da economia de base camponesa e das organizações políticas e sociais. Entendemos que apenas com os circuitos locais de produção/alimentação/atingiremos esta perspectiva da agroecologia.

A Via Campesina tem se colocado, desde 1996, como a principal referência na construção da proposta de Soberania Alimentar, dando enfoque na defesa de que o alimento não deve ser tratado como mercadoria, como tem sido utilizada hegemonicamente pelos capitalistas para a ampliação dos lucros. Através do questionamento quanto ao domínio das grandes empresas exercem sobre o sistema alimentar global e sobre a capacidade dos povos em produzir, a Via Campesina coloca o alimento não como mercadoria, mas como um direito humano. Neste sentido, a Soberania Alimentar transcende a simples concepção de acesso aos alimentos, defendendo que a população de cada país tem o direito de produzir e controlar o próprio alimento, uma vez que isto é o que lhes assegura, também, a soberania sobre suas próprias vidas. Conforme Stédile e Carvalho:

Partiendo de um principio prévio al concepto de soberania alimentaria, el de que “el alimento no es una mercancia, es un derecho humano, y la producción y distribución de los alimentos es una cuestión de sobre vivencia de los seres humanos, por lo tanto, es una cuestión de soberania popular y nacional. Asimismo, soberania significa que más allá de tener acceso a los alimentos, el Pueblo, las poblaciones de cada país, tienen el derecho de producirlos y será eso lo que les garantizará la soberania sobre sus existências. [...] El alimento es la energia que necesitamos para la sobrevivência, de acuerdo com el médio ambiente donde las personas viven y se reproducen socialmente (STEDILE E CARVALHO, 2010, p.11).

Dentro desta definição, quanto maiores os circuitos espaciais percorridos pelos alimentos, mais distantes de um sistema alimentar eminentemente soberano estarão as pessoas de determinado território (VALÉRIO, 2016).

Ao desterritorializar a produção de alimentos o agronegócio canavieiro está tornando as regiões ainda mais dependentes quanto ao abastecimento alimentar, posto que a dimensão das distâncias percorridas pelos alimentos fica cada vez mais alargada pelo abastecimento alimentar externo, fato que acentua a generalização do movimento dos alimentos no espaço (VALÉRIO, p.107, 2016).

Temos seguido, portanto, nossa opção teórica e política de entender a agroecologia como parte de um processo muito mais amplo de mudança de paradigmas da agricultura, entendendo que há um conflito cotidiano enfrentado pelos povos do campo pela decisão do que e como produzir, que é mediado pelo monopólio do território, pela falta de aporte do Estado com políticas públicas, e pelo controle financeiro a padronização dos costumes alimentares em nível global.

A agroecologia e o campesinato no território do Pontal do Paranapanema

No Pontal do Paranapanema a agroecologia vem sendo discutida de forma mais efetiva com desenvolvimento de experiências mais amplas, a partir de 2001, ano em que se inicia o primeiro projeto de práticas agroecológicas, o projeto Café com Floresta. Mesmo antes disso, no âmbito do MST já haviam discussões da viabilidade e emergência da agroecologia nesta região, motivadas, sobretudo, no grande número de assentamento rurais e pelo forte envolvimento das famílias camponesas na produção de alimentos (RABELLO, 2018).

Neste sentido, viu-se na parceria entre a base regional do MST e o IPÊ possibilidade de acesso à um edital de financiamento de projetos em agricultura orgânica publicado pela Petrobrás, foi submetido o projeto e a partir dele iniciaram as primeiras Unidades de Referência em Agroecologia no Pontal. Com este projeto foi possível criar os primeiros Sistemas Agroflorestais (SAFs) nos assentamentos, onde o sistema de produção de café seria envolvido em um policultivo consorciando culturas anuais (milho, feijão e mandioca, por exemplo) com árvores frutíferas e nativas.

A experiência do projeto Café com Floresta (Foto 02) foi um potencializador das práticas agroecológicas, já que possibilitou dar visibilidade à estas práticas e demonstrar através de resultados concretos que a agroecologia tem espaço e é possível. Entretanto, anterior ao projeto já havia experiências embrionárias e em escalas muito mais reduzidas, que eram, sobretudo, os quintais florestais e hortas orgânicas que as famílias mantinham em suas propriedades de formas isoladas. Para aquelas famílias que participaram do projeto, foi possível expandir as áreas de produção de alimentos agroecológicos e aprender novas técnicas e formas de manuseio da terra para trabalhar as práticas agroecológicas.

Figura 1: SAF criado através do Projeto Café com Floresta, no Assentamento Dom Tomás Balduino



Fonte: Diógenes Rabello (março de 2016).

Diante dos resultados colhidos com o desenvolvimento do projeto Café com Floresta, as instituições se animaram na tentativa o projeto Macaúba. Este projeto surgiu em 2012 também com o objetivo de promover a agroecologia no Pontal do

Paranapanema. Foi desenvolvido pela em Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), com o apoio do pólo Alta Sorocabana da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e ITESP. Neste projeto, buscou-se realizar pesquisas científicas sobre a possibilidade de produção de biodiesel através do fruto da macaúba, e para isso foi elaborado o projeto de construção de SAFs onde o principal produto seria a macaúba, e assim como no projeto Café com Floresta, consorciado com a diversidade de cultivos anuais, árvores frutíferas e nativas.

Para este projeto se apresentaram 50 famílias interessadas, das quais foram selecionadas 30 para participarem. Foram selecionadas famílias dos assentamentos São Bento, Margarida Alves, Che Guevara e Paulo Freire. Os critérios adotados para selecionar estas famílias foram: tempo disponível para o trabalho no lote (ou seja, não trabalhar fora do lote); número de membros da família disponíveis para trabalharem no projeto; e, experiência com outras práticas de cultivos orgânicos⁵.

Conforme o mesmo técnico, desde o início do desenvolvimento do projeto houve um interesse e procura muito grande das famílias vizinhas àquelas que estavam participando do projeto, pois lhes chamavam a atenção os equipamentos que eram utilizados para a preparação do solo, as mudas de árvores frutíferas e nativas que eram doadas para formar o SAF e, sobretudo, a assistência técnica que estavam recebendo.

Estes foram os dois grandes projetos que impulsionaram a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema. Através deles foram construídas unidades de referências, das quais muitas são mantidas até hoje, que serviram como demonstração de que há campo para a agroecologia no Pontal, e que as famílias têm disposição para participar deste processo de transição.

Uma importante análise que podemos retirar deste dois exemplos é que a falta de políticas públicas voltadas para a agroecologia emperram o prosseguimento desta transição. Ambas foram possibilidade por editais/chamadas e sabemos que editais/chamadas são limitados temporalmente, já que aplicam os recursos em um determinando período, e quando se encerra este período as possibilidades manutenção destes trabalhos são praticamente escassas, pois não há mais fonte de recursos financeiros para dar sequência aos trabalhos. Desta mesma forma, são cada vez mais raros os editais/chamadas criados para este tipo de trabalho e cada vez mais dificultoso o acesso a eles por conta dos critérios de elegibilidade, enquadramento dos objetivos e limite de financiamento.

Diante destas dificuldades, uma alternativa pensada no Pontal para criar estratégia política de transição agroecológica foi a formação da Rede Pontal Agroecológico, conformada por diversas instituições parceiras que possuem atuação no âmbito da agroecologia e coordenada pelo MST. Entre as instituições estão: ITESP, INCRA, IPÊ, EMBRAPA, CATI, UNESP, CETAS/CEGeT e Associações e Cooperativas de famílias camponesas, um espaço que tem sido importante no processo de construção do conhecimento agroecológico e de difusão das práticas agroecológicas nos assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema.

Um dos resultados de grande repercussão da Rede Pontal Agroecológico foi a criação do Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema (CRAPP), cuja sede está localizada no Assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, e que tem funcionado com ações de formação acadêmica, política e de práticas em agroecologia, sobretudo pelo MST. A Rede também tem atuado no sentido de buscar possibilidades de financiamentos para promover a agroecologia, portanto, há

⁵ Informação oral, obtida através de conversa informal durante Trabalho de Campo.

sempre atenção especial aos órgãos e instituições financiadoras para aproveitar as raras oportunidades que aparecem.

Embora diversas iniciativas de fortalecimento à agroecologia têm surgido nos últimos anos no Pontal do Paranapanema, uma das faces da questão agrária na região tem sido uma grande barreira a ser transpassada, trata-se do avanço da monocultura canavieira para produção de etanol, açúcar e bioenergia.

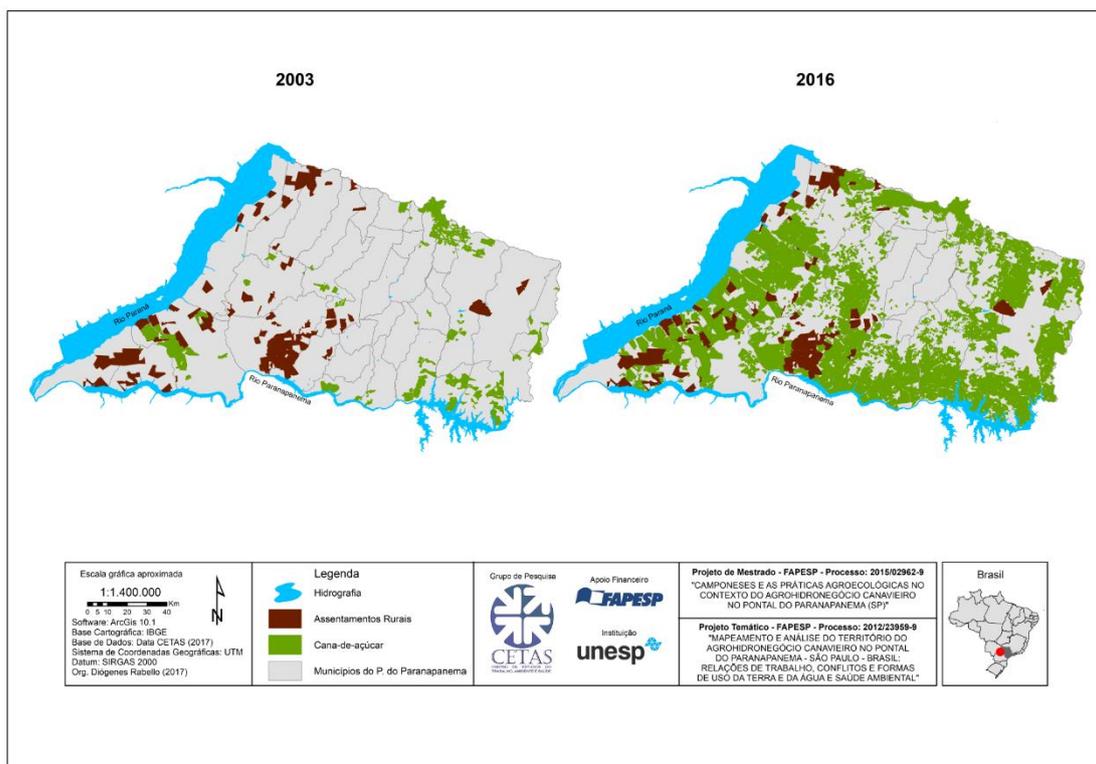
Segundo Barreto (2012), a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região do Pontal aconteceu em dois momentos, o primeiro caracterizado pela formação das primeiras lavouras de cana-de-açúcar e implantação das unidades agroindustriais canavieiras no final da década de 1970, durante o segundo período do PROALCOOL. O segundo momento desta expansão ocorreu a partir de 2005, também com a ajuda de incentivos do Estado, com o forte impulso na produção de veículos flex-fuel (THOMAZ JUNIOR, 2009; BARRETO, 2012).

As primeiras unidades agroindustriais se instalaram no Pontal do Paranapanema ainda na década de 1970, especificamente nos municípios de Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Narandiba, Caiuá, Regente Feijó e Caiabú. No passar dos anos de 1980 para 1990 o Estado freia seu protecionismo levando o setor canavieiro a passar por um processo de desregulamentação, resultando em um cenário de crise para o setor, inclusive com o fechamento de algumas unidades. Diante disso o gerenciamento do setor deixou de ser de um órgão ligado ao Governo Federal, o Instituto do Açúcar e do Alcool, e passou a ser discutido dentro do Congresso Nacional. É neste momento que os empresários se unem aos latifundiários para fazer pressão sobre o Estado a fim de amenizar os efeitos da crise que o setor enfrentava, tendo como bandeira a manutenção do PROALCOOL, a renegociação de dívidas, liberação de recursos e redução de impostos (BARRETO, 2012).

A partir de 2003 o Estado atua para ampliar a matriz energética e, em um segundo plano, resgatar os empresários do setor canavieiro da crise que os atingia desde a década de 1990. O governo impulsiona o setor automobilístico, para a produção de carros flex-fuel. Thomaz Júnior (2009) aponta que essa ação foi o principal estímulo para a retomada da produção de agrocombustíveis e recuperação do setor canavieiro. O autor nos alerta que a retomada da produção de álcool combustível cumpre a agenda do discurso de produção de energia limpa a partir da produção de cana-de-açúcar. O Pontal do Paranapanema é atingido por essa nova fase do agrohidronegócio canavieiro, agora com incentivo do Estado, a partir de 2005. Neste momento há a efetiva expansão das lavouras e implantação de novas unidades agroindustriais. A partir de então, municípios como Sandovalina, Martinópolis e Mirante do Paranapanema recebem as primeiras plantas agroindustriais.

Conforme dados disponibilizados pelo Projeto Canasat (2015), que destaca como ocorreu a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar entre o período de 2003/2004 a 2013/2014, observa-se que enquanto no Estado de São Paulo cresceu 192,1%, no Pontal do Paranapanema alcançou 493,4% (Mapa 1).

Mapa 2: Evolução da área cultivada com cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2003 – 2016).



Fonte: Rabello, 2018.

Esses elementos iniciais nos apresentam o cenário de conflito no e pelo território no Pontal do Paranapanema. A concentração fundiária afirmada e incentivada pelo Estado, com a destinação de créditos financeiros é um dos incentivos para que os camponeses se organizem em movimentos sociais para a luta pelo acesso e permanência na terra, e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem sido a principal organização social que luta pelos direitos da população camponesa. No Pontal do Paranapanema o MST têm protagonizado enfrentamento direto ao capital agroindustrial canavieiro com o entendimento de que ele se apresenta como grande entrave para o avanço da reforma agrária, uma vez que está aliado aos latifundiários e ao Estado.

A concentração da terras é a base para o entendimento de outra forma de conflito que os camponeses têm vivido na região, que são as possibilidades e alternativas de reprodução dentro dos assentamentos. Com esse suporte (concentração de terras e de políticas públicas despendidas pelo Estado), as empresas vêm desenvolvendo suas atividades agrícolas com alto grau de tecnificação, sendo expressão disso a pulverização aérea de agrotóxicos nos canaviais.

Quando observamos as novas áreas de expansão dos canaviais vemos que elas estão cada vez mais próximas dos assentamentos rurais, ou seja, o conflito se faz no contato direto entre assentamentos rurais e a monocultura de cana-de-açúcar. Isso tem gerado uma diversidade de problemas para a reprodução dos camponeses que tentam apostar na agroecologia enquanto forma de organização do trabalho no campo, e acabam tendo suas atividades impactadas diretamente pelas agroindustriais canavieiras, e sua saúde diretamente atingida.

A aliança tríplice capital agroindustrial-latifundiários/grileiros-Estado tem legitimado a grilagem de terra. A cana-de-açúcar alcançou para os latifundiários um objetivo fundamental para a manutenção da posse ilegal das terras griladas, algo que até então eles mantinham com um pouco mais de dificuldade, já que a vastidão de terras outrora ociosas com pastagens, agora estão utilizadas por cana-de-açúcar e outorgando a estas terras o caráter de “produtivas”, defendido pelo INCRA, causando um grande transtorno no processo de luta pela terra e retomadas das mesmas por parte do Estado, objeto de reivindicação do MST.

A utilização de agrotóxicos nas lavouras de cana-de-açúcar tem criado diversas dificuldades para a reprodução das áreas de cultivo dos camponeses, nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Aqueles que optam por atividades alternativas em suas terras, como agroecologia, relatam que essa realidade traz dois grandes problemas fundantes para discutir o conflito entre monocultura canavieira e agroecologia. Ou seja: 1) os assentados se dedicam ao desenvolvimento de práticas alternativas e orgânicas para adubação, fertilização e controle de pragas, aplicando técnicas de trabalho que não envolvem uso de produto agroquímico, cumprindo, portanto, os preceitos do processo produtivo agroecológico. Porém, com o contato direto que suas lavouras têm com a monocultura de cana-de-açúcar, ou propriamente com a contaminação originada da aplicação de agrotóxicos, em consequência do efeito deriva, acabam tendo seus alimentos contaminados; 2) o problema da pulverização aérea implica diretamente na criação de uma certificação para os produtos agroecológicos. A certificação tem sido entendida pelos camponeses como uma estratégia importantíssima no que se refere à comercialização justa dos seus produtos, e como não conseguem certificação para seus produtos, são obrigados a comercializar os alimentos agroecológicos como produtos convencionais.

Considerações Finais

A agroecologia nos permite avançar, entender e propor reflexões sobre as questões técnicas, sociais, econômicas e políticas, que perpassam pelas discussões de organização enquanto comunidade buscando melhores condições de reprodução; pelas discussões de gênero, pois o trabalho pretende ser em família; busca-se a autonomia, ou seja, minimizar a dependência do consumo externo levando o camponês a priorizar o abastecimento interno; e ainda, uma questão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização.

Vale lembrar que a realidade do campo é complexa, por isso abre margens para diversos pontos de vista e interpretações de acordo com as visões de mundo que cada indivíduo adota para si. Desta forma, queremos entender que o que se passa no campo hoje é o avanço do capitalismo predador, que sufoca as populações tradicionais e suprime suas possibilidades de reprodução, tanto pelo monopólio da terra quanto pelo esgotamento dos recursos naturais. Mesmo diante da hegemonia capitalista, estes povos têm criado diversos mecanismos para resistir a esta investida do capital, e tem se reportado a estratégias de luta para permanecer territorializado.

A agroecologia representa a alternativa que luta contra o destrutivismo imanente do capital. É por essa via que entendemos o campesinato subordinado, com lugar pré-definido às margens da sociedade, sendo que atuamos para colocá-lo enquanto sujeito protagonista das condições plenas de reprodução da vida, e na sustentação da sociedade através da sua potencialidade de produção de alimentos sanos.

Nossa leitura sugere a agroecologia entendida desde a busca pela Soberania Alimentar, pois a possibilidade que temos de alavancar como este projeto de

desenvolvimento para campo só se dará pelo protagonismo dos sujeitos territorializados no campo, através de suas formas de organização social e política autônomas.

O desafio posto é a superação do modelo de desenvolvimento pautado no *commoditização* da agricultura e na padronização da alimentação global. Para nós, no Pontal do Paranapanema, esta face do capital se manifesta através da monocultura da cana-de-açúcar para produção de etanol, açúcar e bioenergia, que tem como características fundamentais o monopólio do território e os impactos socioambientais advindos das práticas de pulverização aérea, sobretudo.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Ano 13, nº. 16, Presidente Prudente, 2010, p. 22-32.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012, 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. v. 1. 24p

COCA, E. L. **A soberania alimentar através do estado e da sociedade civil: o programa de aquisição de alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2016.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante: contribuições de Ênio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GLEISSMAN, E. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R. : CATIE, 2002.

MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MÉZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLINA, Manuel Gonzales. La experiencia agroecológica y su incidencia en el desarrollo sostenible: la necesidad de una agroecología política. In: sauer, Sergio; BALESTRO, Moises Vallamil (orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MONTENEGRO GOMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2006.

PATEL, R. C. FOOD, R. Food sovereignty. **Jounal of Peasant Studies**, Hague, v.36, n.3.

Portal NovaCana.com. Disponível em: <https://www.novacana.com/cana/uso-agua-producao-cana-etanol/>. Aceso em: 18 de agosto de 2017.

RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica**. 2014, 105f. Monografia (Bacharelado em Geografia): Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014.

_____. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018, 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia): Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2018.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). **Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios**, Bogotá: Colección en cclave de sur, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VALÉRIO, V. J. O. Agronegócio canavieiro e produção de alimentos no município de Tupi Paulista/SP: desafios para a soberanis alimentar. In: **Revista Formação (Online)**. Vol. 2; n.23, abr/2016.